

PRÁTICA COOPERATIVISTA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Antônio Ribeiro Bomfim¹
tayloribeiro@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho focaliza o desenvolver do movimento cooperativista, sua história e implantação, dando ênfase à prática cooperativista e analisando o modelo de gestão democrática, cujo conceito é indispensável para dita prática. Para participar do desenvolvimento da sociedade de forma consciente e organizada é necessário que haja discussão em grupo e troca de idéias, que é uma das características do sistema cooperativo, e por intermédio dela é possível perceber de que maneira a vida da comunidade é definida para cada grupo.

ABSTRACT

This paper focuses on the development of cooperative movement, its history and location, emphasizing the practical cooperative and analyzing the model of democratic management, whose concept is indispensable for such practice. To participate in the development of society so conscious and organized there must be a group discussion and exchange of ideas, which is one of the characteristics of the cooperative system, and through it we can understand how the life of the community is defined for each group.

INTRODUÇÃO

Uma cooperativa não cresce sozinha. A solidariedade humana e o trabalho coletivo são seus objetivos visando à supremacia do bem-estar da coletividade sobre o individualismo. É da solidariedade pessoal dos sócios que a instituição poderá extrair a fonte da sua vida. Tais premissas não são totalmente originais, já que há quase um século, Mladenatz, em Bucareste (1933) defendia a teoria de que o movimento cooperativo viria a se tornar uma força mundial capaz de promover o desenvolvimento econômico e social dos países. Valdecir Manoel Affonso Palhares, membro titular do Conselho fiscal da CONFEBRAS, recomendou a publicação do livro de Mladenartz, o que aconteceu em 2003.

¹ Graduado em Administração de Empresas (FACDESCO) e Pós-graduando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UESB).

A partir desta data os trabalhos acadêmicos no Brasil, ganharam subsídio importante para os estudos do cooperativismo e se disseminou o pensamento que coloca o processo de desenvolvimento globalizado do capitalismo como gerador de crescente desemprego e fomentador de desigualdade e exclusão social, em confronto com o modo solidário de produção e distribuição de renda, promovido pelo cooperativismo. Hoje, cerca de 800 milhões de seres humanos, associados a 740 mil sociedades cooperativas locais, conformam o movimento cooperativo mundial. Unindo esta cifra ao fato de que cada associado a uma cooperativa forma parte de uma família, com média de quatro a cinco pessoas, este número aumenta para mais de 3 bilhões, as pessoas ligadas ao movimento cooperativo no mundo. Este movimento está distribuído atualmente em 93 países.

A metodologia utilizada deverá ser baseada essencialmente na pesquisa bibliográfica em publicações do Brasil e estrangeiras, focalizando a produção acadêmica dos países da América latina, onde nas últimas décadas vêm se intensificando o trabalho cooperativo e o investimento empresarial nesta área. É de destacar que a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) fundada em Londres em 1895 tem atualmente (2006) o primeiro presidente da instituição nativo da América do Sul: desde Setembro de 1997, foi eleito presidente da A.C.I. o brasileiro, produtor agrícola e professor - Roberto Rodrigues, primeiro não europeu a assumir o cargo principal em 103 anos de existência da organização.

Os princípios cooperativos são pautas gerais, por meio das quais as cooperativas põem em práticas seus valores. Estes assuntos ligados à história e evolução do movimento cooperativo compõem a primeira parte do artigo. A segunda parte será dedicada a evolução do sistema cooperativo no mundo, e sua atual situação no Brasil. Por fim, na terceira parte, elaborando a discussão proposta, será analisada a alternativa sugerida pelo movimento cooperativo para os impasses criados pelos aspectos obscuros do sistema capitalista.

CONCEITOS E EVOLUÇÃO DO IDEÁRIO COOPERATIVO NO MUNDO

Conceitos e definições

Desde o início da humanidade, a cooperação, como princípio de intercâmbio vital tem tido um papel relevante para a existência dos seres vivos. Particularmente, os animais por intuição e os seres humanos por socialização sempre precisaram dos seus semelhantes para enfrentar as dificuldades impostas pelo contexto de sobrevivência. Neste sentido, a sobrevivência evolutiva da espécie animal nos proporciona muitos exemplos de como ao se agrupar, os seres vivos conseguem enfrentar os perigos naturais existentes.

No começo da civilização os homens exploraram a terra em forma coletiva, sendo os meios de trabalho e os produtos obtidos também de caráter coletivo, fazendo do trabalho um ato de cooperação, conseguindo desta maneira a sedentarização necessária, que fez possível o passo ascendente do homem da pré-

história até o início do processo civilizatório. O Cooperativismo é uma doutrina que desenvolve princípios, valores e conceitos dirigidos à elaboração de teorias e práticas, contextualizadas dentro da problemática comunitária.

Segundo Botello (1997): *“las condiciones presentes de la sociedad conllevan a una realidad concreta en la cual se generan procesos de toma de decisiones en función de darles respuestas puntuales a las necesidades presentes”*.

Associação cooperativa é, segundo Leone Wollenborg (2005): *“... a organização espontânea de uma pluralidade de economias privadas dominadas por uma necessidade comum, para exercer coletivamente, e de modo autônomo, a função industrial que produz as prestações econômicas aptas a satisfazê-las”*.

Ao falar que os princípios cooperativos são pautas gerais, por meio das quais as cooperativas põem em práticas seus valores, se enfatiza que, segundo as correntes tradicionais, cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Desde o início do cooperativismo a troca de idéias entre as pessoas, para solucionar problemas comuns, foi colocada como prática necessária e insubstituível. Ao se apropriarem do saber mediante o intercâmbio do conhecimento de cada um, as pessoas se apropriam do poder de modificar a realidade, provando ser possível conquistar pelas próprias mãos um mundo melhor e mais digno.

Esse hábito democrático acompanha o crescimento do movimento cooperativista e tornou possível a permanente articulação de seus representantes, enfatizada em sucessivos congressos, desde o século passado. Cooperativismo é a união de pessoas livres, e realiza-se através de cooperativas que são sociedades autônomas e democraticamente geridas, cuja adesão e desligamento se dão de forma espontânea e voluntária, movidas por necessidades comuns, sejam econômicos, sociais ou culturais.

É oportuna a afirmação de que o cooperativismo está no interesse dos homens, enquanto a globalização está no interesse das corporações. É uma instituição, não só econômica, mas também política e social.

Mesmo com ideais sociais, o cooperativismo não condena a riqueza, mas estimula seu uso em benefício de todos, estimula a solidariedade e respeita os méritos e esforços individuais, age de forma racional e inteligente, combate o egoísmo e a ambição desmedida. O objetivo principal da cooperativa é melhorar a situação econômica de seus membros, formar homens responsáveis e solidários, a fim de que cada um atinja completa realização pessoal, e todos juntos, completa realização social, já que o desenvolvimento do processo não confirmou as profecias otimistas dos partidários do capitalismo e do liberalismo econômico.

Todas as cooperativas são sociedades de pessoas e não de capitais, o que significa que na cooperativa, o capital é sempre o meio, jamais o fim da empresa. Segundo afirmava Bernard Lavergne, na introdução da edição francesa do livro de Mladenatz, de 1933, a ação na cooperativa, não sendo cotada nas bolsas e dependendo sempre da taxa de emissão, salvo em caso de perdas, jamais proporciona mais-valia mercantil, maior fonte dos enriquecimentos capitalistas.

Origens do movimento Cooperativo

No decorrer da história em diversos contextos da civilização encontram-se variadas manifestações organizativas de tipo grupal nas quais os indivíduos, utilizando como meio a ajuda mútua, buscavam fortalecer seus interesses comuns. A necessidade de brindar proteção aos seus interesses fez possível a constituição de associações que tornaram-se o germe das instituições de solidariedade.

Assim, segundo BOTELLO (1997):

En Egipto, los artesanos se organizaron en una asociación para darle protección a sus actividades. Los fenicios aseguraban entre sí sus mercancías, antes del intercambio comercial desarrollándolo a través del transporte. Este tipo de asociación podemos decir que se constituyó en el germen de la cooperación en materia de seguros cooperativos. Organizaciones para la explotación de la tierra en común en Babilonia. Se conoce la existencia de los "undestabings" cooperativos cuya función era la recepción, intercambio y comercialización de productos de origen agrícola y de las sociedades de crédito, para luchar contra los préstamos especulativos. En China se conoció la existencia de asociaciones cooperativas para el ahorro y el préstamo.

Segundo o mesmo autor, em Roma e Atenas existiam formações organizadas para a cooperação, conhecidas com o nome de sociedades de benefícios para o culto dos mortos cuja função era ajudar a todas as pessoas. O autor também considera de tipo cooperativo a colônia mantida pelos essênios em Eim Guedi as margens do Mar Morto, a vida agrária dos germanos e dos escravos e a Zadruga dos Sérvios.

Para Gromoslav Mladenarz (2003), na Idade Média entre os povos cristãos desenvolveram-se as organizações econômicas dos mosteiros que do ponto de vista da economia: (...) *eram uma espécie de cooperativa integral, em que a produção e o consumo se faziam em comum.*

Em geral, os autores que tratam da história do cooperativismo concordam em considerar os grupamentos camponeses para a transformação do leite nas queijarias dos armênios e dos camponeses dos Alpes, (Jura e Savoie). Na França, as associações de fabricantes de queijo, são consideradas as mais antigas associações de caráter cooperativo.

MLADENARZ (2003), afirma :

*A associação dos pequenos produtores foi imposta pelo fato da fabricação dos queijos **gruyère**, grandes como rodas, exigir leite de uma enorme quantidade de vacas. A fabricação desses queijos exige, pois, uma associação de camponeses, com exceção do caso de grandes proprietários de terra, que possuem grandes rebanhos. Essas associações existem até hoje, funcionando sem estatutos escritos.*

Devemos considerar também as organizações para o cultivo da terra e o trabalho entre as civilizações pré-colombianas, principalmente entre os Incas (Ayllu) e os Aztecas (Calpulli) as quais Marx deu especial atenção. Nos tempos modernos o

espaço mais propício para o desenvolvimento dos princípios cooperativos, aconteceu historicamente na Europa na época da revolução Industrial. Na Inglaterra, existiam muitas fábricas cheias de operários.

Enquanto os donos dos meios de produção prosperavam, os operários viviam na miséria: eram muitas horas de trabalho, o salário era muito baixo, havia desemprego, fome, e dificuldades. Para GUAZZI (1999): *em meio a todos esses problemas, alguns operários resolveram se reunir para, juntos, procurarem uma solução. Eles sentiram que só através da cooperação poderiam sobreviver à crise.*

Em 1843, pela união de 28 tecelões em Rochdale/ Manchester na Inglaterra constituiu-se um grupo que, se sentindo explorado pelo comércio local, montou um armazém de alimentos e roupas, depois se apoiaram na construção ou compra de imóveis para cada um deles e montaram uma linha de produção para os trabalhadores com salários muito baixos ou desempregados.

MLADENARZ (2003), descreve com detalhes como surgiu os ideais cooperativos:

Uma tarde brumosa de novembro, em 1843, alguns pobres tecelões de flanela do vilarejo de Rochdale (Inglaterra) estavam reunidos em conselho, para buscar o meio de se livrar da miséria. Era a época dos primeiros passos do regime capitalista, e seu lado sombrio era duramente sentido pela classe operária, indefesa diante da potencia do capitalismo.

A cooperativa não nasceu em Rochdale, mas foi lá que se organizou de maneira perfeita. Não foi somente uma realização prática cujo êxito resultaria das qualidades eminentes dos realizadores, mas lá se estabeleceu desde o início, um programa completo contendo os princípios teóricos e as regras práticas de organização e de funcionamento das cooperativas.

Princípios cooperativos

Os princípios são as linhas orientadoras da prática cooperativista, e são derivados das cooperativas de produção. As raízes dos Princípios Cooperativos têm como berço a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, os quais fizeram parte do projeto que os animava o qual não foi objeto de qualquer proclamação solene, pois limitou-se tão somente a impregnar os estatutos da nova organização. Os seus trinta e quatro artigos revelaram uma minuciosa atenção quanto ao funcionamento da cooperativa e à articulação dos seus órgãos, tornando nítida a gestão democrática interna e a proeminência da Assembléia Geral.

Os valores e princípios dos pioneiros de Rochdale são verdadeiros e preservados até os dias de hoje. O grupo unido solidariamente deixou de lado as idéias políticas e religiosas, importando-se com objetivos e atividades comuns, e com o comprometimento com as atividades do grupo.

Tanto as regras econômicas relativas à direção dos negócios quanto o mérito de ter estabelecido os princípios que toda cooperativa adota hoje, são obra dos Pioneiros de Rochdale.

CORIA (1949), aborda tais princípios da seguinte forma:

Os Princípios Cooperativos foram expostos pela primeira vez de forma sistemática pela Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale em 1844. Com a

fundação da Aliança Cooperativa Internacional – ACI - em 1895, tornaram-se mais ostensivos. Não foi estranha a esse ressurgimento da publicação da história dos Equitables Pioneers of Rochdale da autoria de Georges Jacob Holyoake, acontecida em 1888. Mas foi nos anos noventa, que os princípios voltaram à ordem do dia

Nascida em 1895, a ACI ocupar-se-ia naturalmente dos Princípios Cooperativos, primeiro para decidir quem podia ser admitido como membro, mais tarde, com ambições mais amplas. As profundas modificações produzidas no comércio e na indústria mundial, em quase um século de criação da Cooperativa de Rochdale, fizeram com que deixasse de haver uma unanimidade de compreensão e interpretação dos Princípios Cooperativos, cuja consequência foi a, realização da primeira grande revisão de seus conteúdos, já que, segundo KLAES, os princípios cooperativos não devem ser ferramentas pétreas, engessadas, que venham travar o desenvolvimento das instituições, e sim:

LIMA (2001), afirma que:

(...) são mais do que mandamentos; eles são também guias para julgar comportamentos e tomar decisões. Os Princípios não são uma lista velha a ser revisada periódica e ritualmente; eles são estruturas de delegação de poder – agentes energizantes – através dos quais as cooperativas podem compreender o futuro.

Os princípios cooperativos tradicionais são os seguintes:

- ✓ **Gestão democrática:** Os cooperados, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.
- ✓ **Participação econômica dos membros:** Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado *democraticamente*. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior do as despesas, esses rendimentos serão divididos entre os sócios até o limite do valor da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembléia.
- ✓ **Autonomia e dependência:** O funcionamento da empresa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio. Qualquer acordo firmado com outras organizações e empresas devem garantir e manter essa condição.
- ✓ **Educação, formação e informação:** Para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços,

viabilizando o setor como atividade sócio-econômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o movimento cooperativista nos níveis local e internacional. (Fonte: OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras)

Os Princípios aprovados pela ACI em 1966 são os seguintes: Adesão Livre, Juro Limitado, Distribuição das Sobras, Estímulo à Educação e Intercooperação. É possível ver no texto de 1966 da ACI um conjunto de fórmulas normativas em correspondência a um conjunto de princípios, os quais incorporam implicitamente os valores básicos da cooperatividade e explicitam as regras consideradas como indispensáveis para a salva-guarda dos objetivos a que se dirigem.

A possibilidade de se fazer do cooperativismo e das cooperativas um instrumento de mudanças, assim como um eficiente setor competitivo, não pode ser alcançado se não for pela via do quinto Princípio Cooperativo, o Estímulo à Educação bem planejado e tecnicamente realizado.

Tipos de Cooperativas

As Cooperativas surgiram, inicialmente, como instituições legais distintas na Europa durante o Século XIX, as quais obtiveram seus primeiros sucessos permanentes durante os difíceis anos de 1840. Sendo que estas cresceram dentro de cinco tradições distintas: as **cooperativas de consumo**, cujo início tem sido popularmente associado aos Pioneiros de Rochdale; as **cooperativas de trabalho**, que tiveram sua maior força inicial na França; as **cooperativas de crédito**, que surgiram em sua maior parte na Alemanha; as **cooperativas agrícolas**, que tiveram suas raízes na Dinamarca e na Alemanha; e as **cooperativas de serviços**, como as cooperativas de habitação e saúde, que surgiram em várias partes da Europa industrial no final do século.

Atualmente e em linhas gerais, as cooperativas se enquadram nos seguintes segmentos:

- **Segmento Agropecuário:** É o segmento mais forte do cooperativismo brasileiro, responsável pela organização da produção agropecuária, possibilitando uma inserção eficiente nos mercados. Atuando ao longo das cadeias produtivas, possibilita a compra em comum de insumos e a venda da produção dos cooperados.
- **Segmento Consumo:** A primeira cooperativa formal criada no mundo, em Rochdale, foi desse tipo. Classificam-se em abertas ou fechadas, na medida em que admitem ou não como cooperados pessoas de segmentos sociais distintos ao que lhe concebeu.
- **Segmento Crédito:** Historicamente este tipo é um dos mais dinâmicos do cooperativismo brasileiro, não obstante tenha enfraquecido pelo comando

político-econômico do país experimentado durante as décadas de 60 e 70. Dividem-se em urbanas e de crédito rural.

- **Segmento Educacional:** A primeira experiência surgiu em 1987, em Itumbiara-GO, como consequência do achatamento do poder aquisitivo da classe média. Logo, através da associação cooperativa, os pais encontraram um caminho para superar a dependência às escolas particulares e oferecerem aos seus filhos ensino de qualidade a preço justo. Enquadram-se, ainda nesse tipo, aquelas cooperativas formadas por estudantes de escolas de ensino agrícola, que contribuem no processo pedagógico, possibilitando o aprendizado prático e a experiência de gestão cooperativa. Recentemente, o Governo Brasileiro tem apoiado estas experiências, através do Ministério da Educação e Cultura.
- **Segmento Especial:** Enquadram-se neste tipo as cooperativas constituídas por deficientes físicos.
- **Segmento Habitacional:** Este tipo foi criado em 1964, com a Lei que instituiu o extinto Banco Nacional de Habitação, visando coordenar a ação dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, de modo a estimular a construção de habitações de interesse social e financiando a aquisição da casa própria.
- **Segmento Mineral:** Criado pela OCB em 1993, destacando as cooperativas de extração mineral.
- **Segmento Produção:** Enquadram-se nesse tipo aquelas cooperativas em que os meios de produção são de propriedade coletiva e os cooperados formam o seu quadro diretivo, técnico e funcional.
- **Segmento Serviço:** As cooperativas de serviço objetivam prestar coletivamente um determinado serviço ao quadro social. São exemplos clássicos as cooperativas de eletrificação e telefonia rural.
- **Segmento Trabalho:** Este tipo de cooperativismo é constituído por profissionais de uma área de interesse comum, que buscam se apropriar de maior parcela da renda resultante do seu trabalho e superar o desemprego. São exemplos deste tipo de organização, as cooperativas de taxistas, engenheiros, professores etc.
- **Segmento Saúde:** São cooperativas formadas por profissionais da área de saúde: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas, que à semelhança dos outros profissionais organizados em torno das cooperativas de trabalho, buscam superar o desemprego e portarem-se como patrões de si próprios, oferecendo serviço de qualidade, com custos acessíveis aos seus clientes.

Seja qual for o tipo a que pertença, todas as cooperativas são associações de pessoas, pequenos produtores ou consumidores de bens ou serviços, que se reuniram para alcançar certos fins comuns, por uma troca recíproca de serviços, por meio de uma empresa econômica coletiva que trabalha com os meios de todos e com risco comum.

Como muito bem observou Mladenatz em 1933, a generalização dessas associações permite realizar uma ordem econômica e social capaz de fundar-se não sobre a luta, mas sobre o entendimento, não sobre o espírito de competição, mas sobre a solidariedade, não sobre a dominação da empresa lucrativa, mas sobre a colaboração com o trabalhador.

Símbolos do Cooperativismo

- **Pinheiros:** antigamente o pinheiro era tido como um símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação. Os pinheiros unidos são mais resistentes e ressaltam a força e a capacidade de expansão.
- **Círculo:** representa a eternidade, pois não tem horizonte final, nem começo nem fim.
- **Verde:** lembra as árvores - princípio vital da natureza e a necessidade de se manter o equilíbrio com o meio ambiente.
- **Amarelo:** simboliza o sol, fonte permanente de energia e calor.

Bandeira

O Conselho de Administração da Aliança Cooperativa Internacional - ACI durante reunião realizada em Roma - Itália, em abril de 2001 deliberou sobre a mudança da Bandeira do Cooperativismo. O motivo desta decisão foi promover e consolidar claramente a imagem cooperativa, já que a antiga bandeira era utilizada por alguns grupos não-cooperativos, o que causava confusão em alguns países. A bandeira que substitui a tradicional do arco-íris é de cor branca e tem o logotipo da ACI impresso no centro, do qual emergem pombas da paz, representando a unidade dos diversos membros da ACI. O logotipo foi aprovado em 1995 por ocasião do Centenário da ACI. O arco-íris é representando em seis cores e a sigla ACI está impressa na sétima cor o violeta. Cada uma destas cores tem um significado próprio:

Vermelho - Coragem.

Alaranjado - Visão de futuro.

Amarelo - Desafio em casa, família e comunidade.

Verde - Crescimento individual como pessoa e como cooperado.

Azul - Horizonte distante, a necessidade de ajudar os menos afortunados, unindo-os uns aos outros.

Anil - necessidade de ajudar a si próprio e aos outros através da cooperação.

Violeta - Beleza, calor humano e coleguismo.

As cores do arco-íris representam a nobreza e a grandiosidade de um símbolo da natureza em um conjunto de cores, cuja união significa a paz após a tormenta.

Dia internacional do Cooperativismo

Instituído em 1923 no Congresso da ACI é comemorado no primeiro sábado de julho de cada ano – é a confraternização de todos os povos ligados pelo cooperativismo. Assim nasceu o símbolo mundialmente conhecido do cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheiros para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a

vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado pela trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVO NO MUNDO

Fundamento Doutrinal-Pioneiros

As idéias cooperativas, do final do Século XVIII e início do Século XIX tomaram forma de doutrina e se introduziram como fonte de comportamento socioeconômico nas relações humanas associadas a partir da mencionada Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale em 1844. O Movimento Cooperativo tem uma história intelectual ilustre. Durante os últimos cem anos da história humana, muitos teóricos em diversas partes do mundo fizeram grandes contribuições para o pensamento cooperativo.

A cooperação moderna, especialmente a cooperação industrial tem por fundamento Doutrinal os *Utopistas* que, depois da segunda metade do Século XV até meados do Século XVII, escreveram alguns romances sociais. Nestes, encontra-se a descrição de futuras sociedades constituídas de maneira racional, e isentas dos defeitos da atual. Neste estilo encontram-se: *Utopia*, de Thomas Moro (1448-1535); *A Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella (1568-1639); *A República* de Platão (428-347 a. C.) e a *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1561-1626).

Robert Owen, extraordinário reformista britânico nascido em Newton, em 1771 é mundialmente reconhecido como pai do Cooperativismo, começando suas pioneiras atividades na aldeia Rochdale, condado de Lancashire, em 1844. Dedicou sua vida e investiu seus bens para criar uma forma de substituir a ganância e a competição, pela cooperação. Na época da Revolução Industrial, Inglaterra pululava de fábricas cheias de operários que enfrentavam problemas e necessidades.

Os donos dos meios de produção prosperavam, enquanto os operários viviam na miséria com baixos salários, fome, e muitas horas de trabalho. Owen ofereceu, com a história de sua vida, seus ideais e suas lutas, uma grande lição para a humanidade.

Segundo GUAZZI (2002):

ainda na Inglaterra, Owen organizou uma indústria de tecidos, oferecendo participação nos lucros aos seus operários, propiciando escola para seus filhos, num tipo embrionário de cooperativa. A excepcional condição de trabalho atraiu a melhor mão de obra especializada no país. Com isto, a qualidade de sua produção estava assegurada, gerando alta produtividade.

Para Barros, o sucesso obtido pela indústria de tecidos de Owen provocou a combatividade dos seus concorrentes, que não viam com bons olhos as reformas propostas. Desgostoso com as acusações que lhe fizeram e os boicotes que sofreu, transferiu-se para a América do Norte, disposto a realizar seu sonho utópico: uma sociedade comunista perfeita. Segundo suas idéias, o grupo social deveria ser

limitado e de alto padrão intelectual, e por esse motivo, já levaria esse contingente humano da Inglaterra.

No Estado da Pensilvânia conseguiu autorização para sua experiência, em 1825, foi fundada a colônia, a que deu nome de "New Harmony" onde, sob o regime coletivista, pretendia harmonizar a agricultura e a indústria, a fim de demonstrar que se poderia acabar com o pauperismo, eliminando-se o assalariado.

GUAZZI (2002), relata:

Em sua primeira experiência, na Inglaterra, ele reforçara a causa final, a idéia de lucro, da vantagem imediata e direta, proporcional ao trabalho de cada um. Na segunda, Owen anulava completamente essa força, com a agravante de não substituí-la por nenhuma outra, em que pese o alto nível de compreensão dos componentes do grupo.

Em conseqüência, "New Harmony" resultou no mais completo fracasso, e o reformador inglês foi reduzido à miséria, segundo a maioria dos seus biógrafos. Nos regimes comunistas, que se instituíram a partir de 1917, a necessidade como causa final que movimenta o homem no trabalho, é substituída por uma causa eficiente, que o empurra: o terror social. O espírito idealista de Owen não considerava esse aspecto condicionante, porque pretendia encontrar igual compreensão e idealismo entre seus pares. "New Harmony" foi a primeira comuna agrícola moderna baseada puramente nos princípios socialistas.

Embora tendo vida efêmera (somente dois anos), esta experiência influenciou no aparecimento de outras organizações similares no México, na Inglaterra e na Irlanda. Não foi bem sucedida, mas, preconizava a propriedade coletiva dos bens como remuneração de acordo com as necessidades de cada um, bem como a absoluta igualdade de seus componentes, para que desaparecesse a hierarquia entre governantes e governados. Em relação ao setor educacional, que para ele tinha por objetivo o desenvolvimento físico e a formação moral dos menores.

Owen afirmava que a educação seria a base para transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos. Assim sendo, criou escolas elementares ou fundamentais para os menores de catorze anos e escolas politécnicas para os que estavam acima desta idade. Também admitia que as comunidades integrais podiam especializar-se na produção agrícola ou industrial com o objetivo de, em médio prazo, intercambiar os artigos pelas mesmas. A partir de 1824, os "owenistas" se destacaram em diversas outras localidades da América do Norte, como em Wanborough (Illinois); Blue Spring (Indiana); Kendal (Ohio); Yellow Spring (Ohio); Valley Forge (Pensylvania) e Neshoba (Tennessee).

Outros nomes da história do cooperativismo

O lugar ocupado por Robert Owen na história das idéias cooperativas na Inglaterra foi ocupado na França, por **François Marie Charles Fourier**. Fourier propunha reduzir o trabalho ao máximo, dando ênfase ao setor primário sob os demais, dando ênfase à horticultura, à avicultura, ao ajardinamento e era contra o cultivo do trigo e de outros cereais. Na Inglaterra William King (1786-1865), estimulou

a organização de uma importante rede de organizações que possuíam traços cooperativos além de se dedicar às atividades de consumo.

William King expôs idéias que fundamentaram sua ação social, por um periódico mensal que tinha por título “*The Co-operator*”. Este mensário teve vinte e oito números e funcionou no período de 1828 a 1830. Em seu primeiro número publicado, em 01 de maio de 1828, King inscrevia os seguintes pensamentos:

*O SABER E A UNIÃO SÃO A FORÇA,
FORÇA DIRIGIDA PELO SABER É FELICIDADE,
A FELICIDADE É O FIM DA CRIAÇÃO.* (CORIA, 1949).

Friedrich Wilhelm Raiffeisen nasceu em 1818 na Renânia, Alemanha. Em 1854, Raiffeisen fundou uma Caixa de Socorros que logo foi substituída por uma Sociedade de Crédito, com a denominação de Caixa de Empréstimos (Darlekkassen-Verein), denominação até hoje utilizada, denominação que passou a designar as Cooperativas de Crédito do tipo Raiffeisen. Para KLAES (2005), também na Alemanha, o trabalho de Haas, deve ser considerado.

Haas. Nascido em Darmstadt em 1839, iniciou sua atividade cooperativa em 1872, com a fundação em Friedberg de uma Cooperativa de Crédito para abastecimento de artigos necessários à agricultura, que ele classificou de “Cooperativa de Consumo”, e que corresponde à Cooperativa de Compras em Comum.

Blanc. Natural da França, Jean Joseph Charles Louis Blanc (1812-1882) historiador, jornalista, orador fogoso, agitador político e homem de ação, de idéias cooperativistas mais realistas que a de seus predecessores e contemporâneos. É considerado o principal teórico do “Socialismo de Estado”. Contribuiu significativamente para o desenvolvimento e popularidade na França das Cooperativas de Trabalho. Alguns autores o qualificam como o agitador que conduziu os operários aos movimentos revolucionários na França em 1948, que introduziram no cooperativismo as reivindicações operárias. MLADENATZ (2003), citando Blanc afirma:

(...) a associação só constitui progresso se for universal. Da solidariedade de todos os trabalhadores em uma mesma oficina, nós chegamos a solidariedade das oficinas em uma mesma indústria. Para completar o sistema, seria necessário consagrar a solidariedade das indústrias.

Louis Blanc procurou demonstrar que todos os males econômicos eram provenientes da idoneidade do regime e poderiam reparar-se mediante a associação que ele considerava como regime oposto. Suas idéias foram posteriormente exploradas por Marx nas teses de concentração capitalista e da proletarianização crescente. Outros precursores foram **P. C. Plockboy**, holandês; **John Bellers**, inglês da seita puritana dos “Filhos da Luz” (Quaker); **Edward T. Graig** irlandês, discípulo de Robert Owen; **William Thompson**, também origem irlandesa; **Michel Derrion** francês, discípulo de Charles Fourier e de William King e especialmente **Pestalozzi**, célebre educador suíço de Nenhorf e Iverdon e uma das maiores figuras da história da pedagogia. Pestalozzi, adepto das idéias de Rousseau acentuou a

importância do contato com a natureza e defendeu um ensino baseado na experiência.

Manteve estreitas relações o Movimento Cooperativo mundial em sua época, relacionando-se com Robert Owen, William King, Giuseppe Mazzini, além de outros. Os princípios pestalozianos básicos repousam na confiança em si mesmo, na ajuda mútua, nas relações com o vizinho, na organização familiar da comunidade. Promovia as idéias que enfatizavam a realização do indivíduo através de atividades econômicas sem propósitos de lucro. Destacou ainda a importância do esforço próprio com o objetivo do bem-estar coletivo.

Sua obra principal foi um conto moral que alcançou na época, grande difusão, “Leonardo e Gertrudes”, em que descrevia os esforços cooperativos realizados pelos habitantes de uma aldeia para obter sua reabilitação moral e econômica. Antecipou-se na organização das futuras cooperativas escolares quando realçou a necessidade de evitar o isolamento e educar os homens dentro de uma comunidade viva, na convicção de que estes representam anéis em uma grande cadeia que constitui a humanidade.

Devem ser citados ainda **Giuseppe Mazzini, Pierre Joseph Proudhon e Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon**. Assim, encerra-se a menção da evolução da idéia cooperativista no mundo. Durante o período de reconstrução da Europa, após a Primeira Grande Guerra, mais de 50% de todos os programas oficiais de reconstrução de moradias foram executados por cooperativas. Na Suécia, mais de 30% das novas moradias construídas também o foram, através do sistema habitacional cooperativista.

O Cooperativismo congrega atualmente 101 países somando 230 organizações e 715 milhões de pessoas (DALPASQUALE, 1997). Deste modo, poder-se-ia dizer que o Cooperativismo é a maior Organização não Governamental do mundo.

O movimento cooperativo no Brasil

O Brasil, logo após o seu descobrimento, sempre demonstrou uma grande vocação para exercitar a solidariedade e, portanto, o espírito cooperativista. As Missões Jesuítas, desenvolvidas no Sul do país a partir do século XVII, são um exemplo típico de sociedade pré-cooperativista, nas quais esse sentimento sempre esteve presente. Contudo, apenas no século XIX podemos encontrar as primeiras sociedades brasileiras que professavam, de maneira regular, a doutrina cooperativista. Dentre estas, podemos destacar:

- Cooperativa de Produção Teresa Cristina – Fundada em 1847 no Paraná pelo médico francês Jean Maurice Fevre;
- Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista - Fundada em Campinas, em 1887;
- Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Prefeitura de Ouro Preto - Fundada em Minas Gerais em 1889;
- Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro Fundada em 1894, na Cidade do Rio de Janeiro;
- Cooperativa de Consumo de Camaragipe – Fundada em Pernambuco, em 1895;
- Caixa Rural de Nova Petrópolis - Fundada em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, em 1902.

LIMA (2001), declara: *até 1930 o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente no Sul do país.*

As cooperativas de trabalho começaram a surgir a partir de 1932, e sofreram grande influência das características das cooperativas operárias de produção européias, visto que lá já eram bem desenvolvidas.

De acordo com CULTI (2000):

A partir de 1965 começaram a surgir novos tipos de cooperativas de trabalho, principalmente no sudeste e sul brasileiro. Apesar das dificuldades encontradas, o sistema cooperativo brasileiro apresentou um fortalecimento como setor relevante dentro da sociedade no governo Médici, com o Decreto-Lei 5.764 de dezembro de 1971, que regulou o funcionamento das cooperativas até hoje e criou a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras, órgão nacional de representação das cooperativas existentes no Brasil.

Com o advento da República, e mais especificamente após a promulgação da constituição de 1891, a consagração da liberdade de reunião, aliada ao início da imigração européia e também ao aumento do consumo nas grandes cidades, em função da eclosão demográfica, vieram então fornecer o combustível adequado não só à implantação, como também à consolidação do cooperativismo no nosso país. Após a promulgação da constituinte de 1988, pôde finalmente o cooperativismo ver-se livre no Brasil da tutela do Estado e a Lei 5.764/71, adaptada a esses novos tempos, incorporou, de maneira definitiva, os princípios dessa autonomia, inscritos na nossa Carta Magna, desatando, assim, o nó que inibia o crescimento do cooperativismo brasileiro. Anteriormente à constituição de 1988, o cooperativismo foi retratado, dentre outros, nos seguintes instrumentos legais:

- Decreto 979 - Editado em 1903 estabelecia, num de seus artigos, que a despeito de ser obrigatória a participação do sindicato na organização das Caixas Rurais de Crédito Agrícola, das Cooperativas de Produção, de Consumo, das sociedades de seguros, assistência, etc., isto não implicava na responsabilidade dos sindicatos na gestão dos negócios gerados nessas áreas;
- Decreto 1.637 - Editado em 1907 equiparava as cooperativas às sociedades anônimas, não observando, portanto, os princípios básicos do solidarismo dos Pioneiros de Rochdale;
- Decreto 9.070 - Editado em 1910, determinava a constituição de associações cooperativistas de crédito mútuo, em todas as escolas de aprendizes e artífices do Governo Federal, espalhadas por todo o país;
- Decreto-Lei 58 - Editado em 1938 e que acabava com o chamado sindicalismo cooperativista, restaurando então o Decreto 22.239 de 1932, onde os ideais dos Pioneiros de Rochdale eram preservados;

- Lei 5.764 - Editada em 1971 e que, no seu nascedouro, estabelecia a tutela do cooperativismo ao Estado, pois a abertura de cooperativas necessitava de autorização do órgão público competente. O primeiro ramo do cooperativismo a ser implantado no país foi o agropecuário, seguido pelo de consumo e de crédito, respectivamente.

Em 1938, surge a primeira Cooperativa de Trabalho, em Santos, São Paulo, que foi a Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Transportadores de Bagagem do Porto de Santos. Em 1940, aparecem as primeiras cooperativas-escolas, reunindo alunos e professores das Escolas Técnicas Profissionais no Estado de São Paulo. Em 1941, no Rio Grande do Sul, é criada a primeira cooperativa de serviços do país: Cooperativa de Força e Luz de Quatro Irmãos. Em 1964, com o advento do BNH, as cooperativas habitacionais que, em 1918 já registravam uma experiência no Pará, através da Cooperativa Predial da Amazônia em Belém, têm então um novo impulso.

SINGER (2000), afirma que:

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

Apartir do governo Collor, além do cooperativismo ligado a iniciativas de grande e médio porte, que na prática agem como empresas capitalistas, desponta um outro cooperativismo, que já começa a ser mencionado como instrumento de geração de emprego e renda, passando a incorporar-se como preocupação no FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Surgem também os PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda, (urbano e rural) e emergem as cooperativas de trabalho.

SINGER (2000), acredita que: *“Hoje são inúmeras as iniciativas voltadas para a construção de cooperativas auto gerenciáveis, chamadas de cooperativismo popular, onde se engajam grande parte dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho através da formação de cooperativas de trabalho”.*

A partir de 1990, o país deu início a um processo de abertura de seus mercados às importações e a implantação do Plano Real, que resultou no controle da inflação. Entretanto, houve eliminação de uma grande proporção de postos de trabalho industriais em função da reestruturação, e das inovações tecnológicas, como também, por causa da reorganização técnica de gestão em todo o setor produtivo. Este movimento pôs fim a um modelo econômico baseado no investimento público e no protecionismo. Os empregados foram forçados a encontrar uma saída em relação aos seus problemas de emprego, trabalho e geração de renda, formando associações e cooperativas.

Desse período em diante, as cooperativas de trabalho prosperaram e se expandiram para fazer frente às necessidades da população urbana brasileira que, segundo Scheneider já era em 1960, 67,57% do total da população. SEMISA (1982), faz uma compilação de algumas definições e características das cooperativas de trabalho.

Atualmente, nas cooperativas de trabalho, os trabalhadores se organizam sob orientação dos sindicatos que os representam, pleiteiam junto aos patrões ou ministério público específico, o controle do patrimônio da empresa para mantê-la produzindo evitando assim, o desemprego iminente, transformando a empresa em empreendimento auto-gerido pelos trabalhadores.

Crescimento do setor cooperativista no Brasil

Segundo CULTI (2000):

Mesmo considerando apenas a partir de 1996, quando se separaram as cooperativas de saúde das de trabalho, mantém-se a tendência, com uma taxa de crescimento no período de quatro anos de 178,8%. Em síntese, se depreende que as cooperativas de trabalho estão crescendo e ganhando espaço e importância no sistema cooperativista.

SINGER (2000), aponta que no processo de construção da economia solidária, os assalariados também se associam entre si e com pequenos produtores, com fins de consumo, poupança, fundos, empréstimos, etc., objetivando melhorar sua qualidade de vida. Pelas investigações e atividades já realizadas, indica-se que o trabalho associado proporciona uma situação de estabilidade aos envolvidos, há muito não sentido nem mesmo pelos trabalhadores empregados, que vêm passando por situações de insegurança pela ameaça sempre presente do desemprego iminente.

As experiências de organizações econômicas populares que surgem dos excluídos ou mais pobres constituem uma iniciativa real em desenvolvimento. São formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posição central. Segundo CULTI (2000), além das cooperativas identificadas mais facilmente por já existir um recenseamento sistemático nacional através da OCB -Organização das Cooperativas Brasileira-, há hoje outras iniciativas econômicas solidárias ao longo de todo o País e abrangem inúmeras associações informais e formais, o negócio de caráter familiar, pequeno industria artesanais e microempresas não formalizadas legalmente.

Nos últimos 50 anos, a evolução física do cooperativismo brasileiro tem sido bastante significativa, se compararmos os números oficiais com as médias existentes nos países com maior tradição cooperativista. O quadro abaixo evidencia a evolução acima mencionada:

ANOS	COOPERATIVAS	COOPERADOS
Década de 1940	1.040	99.133
Década de 1950	2.981	571.690

Década de 1960	4.627	1.859.079
Década de 1970	3.371	3.500.000
Década de 1990	3.549	2.833.036
Década de 1998	5.102	4.428.925

Tabela nº1 Fonte: Statistics for IÇA Member Organization 1997

Com base nas últimas estatísticas disponibilizadas pelo órgão acima citado, o cooperativismo rural nos dias de hoje representa mais 20% de todos os agricultores do mundo, ou, aproximadamente, 60 milhões de cooperados, sendo este o ramo que apresenta maiores índices de crescimento em diversos países.

O cooperativismo no Brasil teve em 2000 um faturamento da ordem de R\$ 60 bilhões, ou aproximadamente 6,0% do PIB brasileiro e, em 2001 esperava-se que esse mesmo número fosse alcançar a marca de R\$ 65 bilhões. Comparando-se a representatividade do cooperativismo brasileiro no PIB com a média mundial (23%), é possível vislumbrar o quanto ainda existe de espaço para o crescimento do cooperativismo no Brasil.

REGIÃO	NÚMERO DE COOPERATIVAS		
	1975	1978	1980
Região Norte	0	4	9
Região Nordeste	29	47	58
Região Sudeste	104	126	156
Região Sul	41	52	75
Brasil	181	239	313

Fonte: Dados básicos do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Apud: Perspectiva Econômica, 1982, p.150.

Tabela Nº2 Número de cooperativas de trabalho no brasil segundo regiões - 1975, 1978 e 1980.

Ramo /Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuário	1.400	1.438	1.402	1.393	1.334	1.378	1.403	1.449	1.408	1.437	1.448
Consumo	344	335	327	311	261	256	241	233	193	191	184

Infra-estrutura	204	202	206	196	191	194	209	206	187	184	188
Educacional	112	103	112	101	105	106	176	187	193	210	225
Trabalho	528	566	598	629	825	986	699	1.025	1.334	1.661	1.949
Habitacional	136	161	177	190	176	174	190	231	202	216	222
Crédito	716	724	726	788	809	834	859	882	890	920	966
Saúde							468	530	585	698	757
Especial/ Mineral/ Produção/ Turismo							71	108	110	135	145
Total	3.440	3.529	3.548	3.608	3.701	3.928	4.316	4.851	5.102	5.652	6.084

Obs: de 1990 a 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo de trabalho. A partir de 1996, elas foram excluídas daquele ramo.

Tabela nº 3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COOPERATIVAS Fonte: Dados básicos do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Apud: Perspectiva Econômica, 1982:150.

O Brasil do século XXI passa por um processo de grandes transformações, por causa das demandas da sociedade e pela transformação acelerada da economia mundial, percebendo-se os reflexos negativos no mercado de trabalho, onde o resultado mais visível é a taxa de desemprego e subemprego.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2001 da Organização das Nações Unidas, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que apresenta dados de 162 países, publicado em 10 de junho de 2001, o Brasil fica em má colocação no mais novo índice criado, o chamado Índice de Conquistas Tecnológicas-TAI, 43º colocado entre 72 países. Nele, o Brasil figura no penúltimo bloco, chamado “adotadores dinâmicos” de tecnologia, só à frente não por acaso, dos chamados “marginalizados”. Na melhor hipótese, permitem condições de trabalho em tempo parcial, tempo determinado, atividades no mercado informal e autogeridas.

O nível de qualificação profissional no Setor Cooperativista Brasileiro não é muito diferente do nível existente no Brasil, ou seja, é extremamente baixo. Sabemos que do total da População Economicamente Ativa (PEA) de 74 milhões de brasileiros, 67% (sessenta e sete por cento) têm formação educacional abaixo do 1º grau e que o nível médio de educação dessa grande massa, não passa de 3,4 anos de estudo. (Fonte: Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos – UNIRCOOP – Regional Brasil)

Esse mesmo número na Argentina é de 8,2 anos, na França é de 11,2 anos; na Alemanha de 13,1 anos e nos Estados Unidos é de 14,3 anos. É por essa razão que enquanto, por exemplo, a produtividade média de um trabalhador brasileiro, empregado na indústria automobilística em 1996, medida pelo número de automóveis fabricados, em relação ao número total de empregados é de 14 (quatorze) carros/ operário, no Japão, essa mesma relação é de 55 e nos Estados Unidos é de 50. (Fonte: id).

Segundo a mesma fonte, nos países com altos índices educacionais, a distribuição de renda se aproxima dos níveis considerados como ótimos. O Movimento Cooperativo acredita que procedimentos democráticos aplicados a atividades econômicas são possíveis, desejáveis e eficientes. Existem também diferenças regionais no quadro geral das cooperativas brasileiras, e além das diferenças regionais, constata-se também no Brasil uma diferença quanto a sua estrutura de representação: uma está atrelada à estrutura formal de representação, ligada a OCB, outra, de base popular, ligada ao MST, está ligada à Confederação das Cooperativas Brasileiras de Reforma Agrária - CONCRAB.

Baseado em um trabalho de pesquisa desenvolvido pelas Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) intitulado *Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, cenários e tendências*, as práticas cooperativas brasileiras expressam algumas discrepâncias - resultado de um modelo implementado de “cima para baixo”, desvinculado das necessidades de amplos segmentos sociais.

O estudo observa que o cooperativismo, enquanto idéia força, está ganhando amplitude através de uma perspectiva positiva – sinalizando seu caráter de inclusão social - e não mais negativa (que foi a ótica do passado recente) que ressaltava o caráter excludente daquele modelo.

A LUTA CONTRA O CAPITALISMO

Crise do capitalismo moderno

Na fase atual do capitalismo de globalização ou mundialização dos mercados e da produção, as práticas de terceirização da produção industrial e de serviços acrescentam um novo verniz à sub-contratação surgida com a própria indústria, constituindo um elemento “novo”, para se compreender a recuperação de formas anteriores à hegemonia do assalariamento enquanto relação social. Segundo Jacob Carlos Lima da Universidade Federal da Paraíba, Brasil, hoje o Brasil assiste a multiplicação de cooperativas de trabalho e de cooperativas de produção industrial, vistas cada vez mais como saídas possíveis à crise do desemprego estrutural do capitalismo desorganizado.

A autonomia dos trabalhadores, base do movimento cooperativista, se encontra na apropriação dos resultados mais do que no caráter efetivamente autônomo do trabalho. O caráter cooperativo destas últimas é polêmico, e vem desde o surgimento das primeiras cooperativas no século XIX. Geralmente as cooperativas de trabalho ou de produção estiveram associadas a períodos de depressão econômica, constituindo-se em grande medida frentes de trabalho para desempregados no caso das primeiras, e nas segundas tentativas de salvar empresas falidas. Experiências de sucesso foram acompanhadas pela redução dos trabalhadores associados e pela contratação de trabalho assalariado com a sua transformação em empresas comuns. Um elemento importante no sucesso desses

empreendimentos era a presença de trabalhadores qualificados, detentores de saberes de ofício.

O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas conhecidas. Oposto ao mesmo, o socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Segundo WOLLEMBORG (2005), daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção.

Já PINHO (1982) o mercado é um *mecanismo indispensável, mas nunca suficiente, ao funcionamento da sociedade*. O autor critica igualmente o equivocado planejamento que se deu no 'socialismo real' e conclui afirmando que: *a produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar*.

WOLLEMBORG (2005) reconhece que a Economia de Mercado capitalista é um tipo de "economia dirigida", mesmo que sua estrutura seja mais complicada e impessoal que a do sistema pós-capitalista. Este autor reconhece que há planejamento no capitalismo, ou mais precisamente, que a gigantesca corporação monopolista transnacional regula e controla a produção mundial de mercadorias. No entanto, este planejamento praticado pela grande empresa não deixa de ser parcial e está longe de representar o controle sociometabólico da produção e distribuição pelos trabalhadores.

Para BARROS (1980), o caráter fetichista da mercadoria, da troca e do dinheiro, o trabalho assalariado, a competição antagônica, as contradições internas mediadas pelo Estado burguês, o mercado, e a cultura são resultado da ausência de controle humano, o que nos leva a crer que devem ser superados radicalmente e substituídos por "instrumentos e meios de intercâmbio humanos conscientemente controlados."

É verdade que o capitalismo não é tão anárquico quanto parece ser. BARROS (1980), estima que entre 500 ou 600 empresas transnacionais controlam de 20 a 25% do comércio mundial de bens e serviços, ao invés do suposto mercado irreal que aparece nos noticiários.

Mesmo sabendo que o 'mercado' não está totalmente desgovernado, acredita-se hoje que a forma de controle que essas empresas assumem está longe de representar qualquer avanço na coordenação da produção pelos trabalhadores.

Para PINHO (1982):

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como categoria.

Neste início do século XXI a hegemonia militar, econômica e política do sistema de poder imperial dos EUA empurra muitos dos que a condenam para um pessimismo que os leva a considerar a transformação radical da sociedade uma impossibilidade absoluta. Admitem que, sendo inviável em data previsível o socialismo, o mal menor será o convívio com um capitalismo menos agressivo e perigoso do que o imposto pela globalização neoliberal.

Marx em 1866, via nas cooperativas um avanço na organização operária dentro de um contexto de transformações sociais, mas alertava contra as falsas cooperativas, pois seriam apenas setores de empresas utilizados para rebaixamento de custos. Vistas com desconfiança no movimento operário, as cooperativas apresentaram-se como alternativa aos trabalhadores dentro do capitalismo que poderiam tornar-se patrões de si mesmos.

Ora incentivadas, ora combatidas pelos governos; como alternativa aos trabalhadores **no** capitalismo e formas de organização do trabalho em sociedades socialistas; com a falência dos modelos socialistas, as cooperativas voltam a se constituir como alternativa **ao** capitalismo, dentro de uma perspectiva “inclusiva” à sociedade de mercado.

Segundo LIMA (2001), num quadro de crise do assalariamento, com a desregulamentação dos mercados de trabalho e a perda dos direitos sociais a ele acoplados a partir da década de 30, o crescimento de formas precárias de relações de trabalho como: trabalho temporário, parcial, informal, as cooperativas de produção reaparecem como possibilidade de trabalho autônomo e barato dentro de determinadas cadeias produtivas. Por trabalharem em grande parte como terceirizadas, essas cooperativas mantêm uma forte dependência empresas compradoras de seus serviços mantendo uma autonomia de fachada, mascarando a informalização das relações de trabalho.

Referindo-se aos novos espaços produzidos pela globalização e fazendo uma analogia com o fim da história de Fukuyama, LIMA (2001), afirma que não chegamos ao fim da história, mas ao fim da geografia. Essa ironia evidencia a forma como os espaços, cidades, regiões, países, se inserem dentro das economias globalizadas. A criação de redes controladas pela eletrônica, e pelas novas tecnologias da informação são reordenados os espaços geográficos.

Para BARROS (1980), a produtividade e competitividade empresarial, transcendem as estruturas internas corporativas e passam a ser atributo dos lugares. E estes lugares agregam valor aos investimentos. Com isso a guerra fiscal, reflete uma guerra global entre lugares.

Ressurgimento do cooperativismo no Brasil

A chamada “era Collor” nos anos 90, marcou a entrada do Brasil nos tempos neoliberais da economia globalizada. O parque industrial brasileiro passou por um processo de reestruturação para se adaptar as exigências impostas pelo processo de globalização dos mercados. A busca da competitividade, através da modernização tecnológica, qualidade, redução de custos, implicou em redução significativa do emprego industrial, desnacionalização de setores, fechamento de unidades fabris e desconcentração espacial da produção.

Dentro desse quadro o Brasil recupera a idéia de cooperativa, mas precisamente de cooperativa de produção industrial, uma novidade especialmente, na região Nordeste. Apesar do fracasso histórico das cooperativas agropecuárias na região, implementadas com aval da SUDENE, principalmente na década de 70, considerou-se a possibilidade de criar grupos associativos autônomos para o trabalho urbano industrial em áreas sem nenhuma tradição industrial e, menos ainda associativa. A idéia nova estaria na indução da terceirização, através de uma política de governo, no qual o estado treinaria os trabalhadores, a empresa primeira teria a função de prover os dois elos que faltam nas atividades produtivas de pequeno

porte: a tecnologia – o aperfeiçoamento dos produtos e processos - e o acesso ao mercado.

Isto evitaria repetir resultados de programas de geração de renda, os quais criavam-se pequenas unidades de produção desvinculadas das necessidades dos mercados. A partir de 1997 fortaleceu-se no país a discussão das cooperativas como alternativa ao desemprego, capitaneada por centrais sindicais nacionais e apoio de órgãos internacionais como a OIT, que propõem o cooperativismo como saída possível à crise da sociedade salarial dentro de uma economia solidária. Existiriam as cooperativas verdadeiras, organizadas por sindicatos, igrejas, ONGS, etc, e as falsas cooperativas ou cooperativas fraudulentas organizadas pelo Estado ou por empresas. Dicotomia surgida a partir de denúncias sobre as cooperativas de trabalho organizadas em São Paulo por agroindústrias da laranja, por cafeicultores na Bahia e por indústrias em instalação em alguns estados do nordeste que se aproveitaram da brecha legal propiciada pelo parágrafo único ao artigo 442 da CLT que estabeleceu inexistir vínculos empregatícios entre os trabalhadores de cooperativas e as empresas compradoras de serviços. Da noite para o dia, principalmente no estado de São Paulo, foram criadas cooperativas de trabalhadores rurais de 6000 a 10000 associados para a colheita da laranja, induzidas pelas empresas produtoras.

Na atual crise de desemprego, a cooperativa pode ser um caminho alternativo, embora a princípio, como disse Marx, transforma os trabalhadores associados em seus próprios capitalistas, isto é, “permitindo-lhes usarem os meios de produção para o emprego do próprio trabalho”. Pode ser um começo nem tanto para a superação da contradição capital e trabalho e autonomia do trabalhador, mas como alternativa ao desemprego estrutural, com aspectos positivos para o trabalhador que geriria seu próprio trabalho.

Economia Solidária e Cooperativismo

Segundo Singer a categoria economia solidária nasce como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A exploração do trabalho nas fábricas era exorbitante, ameaçava a saúde dos trabalhadores podendo até levar a morte. A jornada de trabalho era ampla, fazendo que as crianças comessem atuar no mercado de trabalho muito cedo.

Estes fatores impediam que a produtividade do trabalho se elevasse. Visitantes do mundo inteiro vinham tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício. De acordo com SINGER (2000), a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)... A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

A base da economia solidária centra-se na organização coletiva dos trabalhadores e é composta por cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou cogestionárias e grupos de famílias, sendo que esta é mediada por princípios de cooperação, democracia e autogestão.

Talvez uma das principais dificuldades encontrada na economia solidária, seja a superação da subalternidade, da posição de mero executores, da simples obediência passando a posição de gestores, responsáveis tanto pelo planejamento quanto pela execução das atividades, enfrentando as diferenças de idéias, buscando construir consensos, decidir coletivamente, sem hierarquias, sem patrão. Porém desconstruir a antiga posição de trabalhador e construir a de partícipe de uma gestão colegiada, não é tarefa fácil, exige tempo, acesso à qualificação, exercício da comunicação, da escuta, da troca, do respeito, da solidariedade.

No entanto, SINGER (2002), evidencia o fato de que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. São entidades que apóiam a economia solidária, que difunde entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários.

Cooperativismo e educação

A questão da educação aparece, primeiramente, no cooperativismo moderno, como uma atividade preparatória para a cooperação, isto é, de qualificação dos associados. Nessa fase, a educação aparece como uma ação entre sujeitos ou como uma “prática sobre outros”, procurando influenciá-los em suas idéias e seus valores, em seus modos de pensar, de interpretar a vida social, especialmente a da realidade cooperativa, sugerindo ou levando-os a comportamentos e visões de mundo, favoráveis à natureza da prática cooperativa. Trata-se de educação para a cooperação.

O cooperativismo sempre foi considerado como a terceira via para o desenvolvimento entre os modelos sinalizados pelo capitalismo e pelo socialismo. Em 03 de setembro de 1998, através da Medida Provisória Nº 1.715, que posteriormente foi substituída pela de Nº 1.781, e em 11 de março de 1999 pela Medida Provisória Nº. 1.781-7, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que tem por objetivo organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino e a formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas e dos cooperados. Infelizmente, o mesmo ainda não contempla as Cooperativas de Crédito.

Todas as cooperativas devem tomar providências para a educação dos seus membros, empregados, dirigentes e do público em geral, nos princípios e técnicas tanto econômicas como democráticas da cooperação. Este princípio enfatiza a importância vital da educação e da formação dentro das cooperativas. Educação significa mais do que simplesmente distribuir informação ou encorajar o patrocínio, significa engajar as mentes dos membros, líderes eleitos, gerentes e empregados na compreensão total da complexidade e da riqueza do pensamento e da ação cooperativos. Formar significa assegurar que os associados das cooperativas possuam as habilidades requeridas para bem desempenhar suas responsabilidades.

Muitas cooperativas geralmente pedem muito pouco de seus membros, esperam muito pouco de seus empregados, não valorizam as contribuições de seus

gerentes e preparam inadequadamente seus líderes eleitos, por falta de uma visão ampla do Princípio da Educação.

DISCUSSÃO

A solidariedade não é só como cada sujeito organiza o seu empreendimento, e sim o modo como politicamente esses sujeitos se articulam. A economia solidária é complementar em muitos lugares, mas no Brasil ela pode ser uma ponte para conseguir alianças estratégicas para a inclusão social. Tem a ver com a plataforma e com a bandeira política no redesenho das políticas públicas, no redesenho da política industrial, da ciência e da tecnologia.

Embora sempre haverá crises, interesses ou posições antagônicas, é preciso definir uma aceitação para o sistema cooperativista que de fato está crescendo e gerando uma participação expressiva no PIB, gerando oportunidades de resgate social. O Cooperativismo, independente dos conflitos capitalista e socialista, nascido de uma crise social gerada pelo capitalismo e não da ideologia capitalista ou sob a tutela socialista de OWEN, pretende garantir no futuro, não só o emprego ou a retribuição monetária do trabalho, mas a integração do homem a um novo paradigma, o da solidariedade e harmonia entre os povos.

A terceira revolução industrial é sem dúvida a grande oportunidade do cooperativismo, pois se valoriza o homem como portador do conhecimento e da inteligência, em contraste com o capital e máquina. O avanço tecnológico quebrou o equilíbrio da trilogia trabalho-emprego-homem trazendo entre outros, a robótica capaz de reduzir o espaço do homem no mercado de trabalho tradicional.

WOLLEMBORG (2005), reforça o futuro do cooperativismo da forma seguinte:

"... a variável social inclina-se em direção à reapropriação das realidades semi-destruídas da pessoa, da família, da comunidade, do povo, da nação e ao abandono dos tipos ideais vendidos pela ideologia da modernidade: o indivíduo, o grupo, a classe, a sociedade e o estado. A variável cultural inclina-se em direção ao reconhecimento do espírito como uma dimensão constituída do fenômeno humano e a liberação deste mesmo espírito das amarras psicológicas que o manietava até aqui".

A importância que foi atribuída a este tema deriva do convencimento de que o Cooperativismo ocupa um lugar tão importante no mundo que chega a ser impossível compreender a realidade econômico-social de hoje sem o seu estudo. Na perspectiva de economia solidária e autogestão, aquelas pessoas consideradas meros trabalhadores tornam-se além de executores, também planejadores. Passam a atuar na gestão dos empreendimentos, divulgação da sua empresa, controle de qualidade, vendas, e assumem o gerenciamento de todas as etapas do processo produtivo.

É muito difícil mudar a mentalidade capitalista em que a humanidade vive, porque o dinheiro tem sido considerado, por muitos séculos, a maior riqueza que existe, o objetivo final desta vida material. Como considera KEPPE, a escravidão do

poder econômico é muito mais sutil, porque tem o poder de corromper a mente de cientistas e alienar o homem destruindo a própria civilização. (KEPPE, 1987:7). Assim, deve ser considerado o fato de que o cooperativismo valoriza o trabalho criativo e torna o homem livre de dirigir o seu próprio destino.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada aponta ao fato de que o movimento cooperativista tem auxiliado muitas regiões no Brasil e fora dele, que promovendo o crescimento harmônico dos seus cooperados, promoveu-se também em maior escala uma melhor distribuição da renda proveniente do setor estratégicos, tão importante para a sobrevivência.

Um dos motivos, provavelmente tenha sido o fato de ter conseguido reunir no seu quadro de primeiros gestores, pessoas com um desenvolvido espírito cooperativista, corajosos, honestos e solidários, como convém ao verdadeiro pioneiro. Podem ser considerados pioneiros, não somente para a época que foi feito o levantamento descrito, como pioneiros ainda hoje, porque suas idéias conseguem se adequar aos novos paradigmas que hoje norteiam as mudanças da sociedade.

As Cooperativas, com sua forte estrutura ética e humanista, com sua ambição de atualização permanente dos cooperados e a ênfase continuada na educação, podem ser capazes de gerenciar as crises de desemprego, e outras crises que ainda virão, podendo oferecer trabalho, ganho e mostrar o caminho para novas organizações de trabalho e de gestão.

O Cooperativismo congrega atualmente 101 países somando 230 organizações e 715 milhões de pessoas. Desse modo podemos considerá-lo como a maior Organização não Governamental do mundo. Nessa visão, as tendências do cooperativismo, serão as de suplantar as adversidades que as atuais relações econômico-sociais geram.

Entretanto, não se deve esquecer o que o anti-capitalismo do pensamento cooperativo não pode ser entendido como uma batalha política ou ideológica, assumida explícita e conscientemente por todos os cooperadores, ou sequer por todos os seguimentos da cooperação. O mesmo tem, fundamentalmente, de ser encarado como uma marca própria da estrutura, da origem e da prática cooperativa. Para SINGER (2000), (...) *do modo que não há o homo economicus também não existe o homo cooperativus?*

O *homo cooperativus* seria a pessoa que coloca o seu interesse individual em segundo plano a favor do interesse coletivo ou dos que precisam mais. É um ser parcial. Nós não podemos pensar em criar uma sociedade – essa foi uma utopia triste – baseada somente no *homo cooperativus*, em homens santos.

Deve na verdade ser criada uma sociedade decente e humana, boa para pessoas que também são egoístas, que também têm interesses próprios, que também se medem e têm inveja. SINGER (2000), acredita que é muito fácil ser *homo cooperativus* quando não se tem muito o quê repartir. É mais complicado quando há abundância e as coisas são relativas. É necessário apreender a criar instituições que admitam o egoísmo como não sendo uma coisa insuportável. As

peessoas devem poder ser egoístas dentro de certa medida nos momentos em que isso é tolerável.

É, o que é mais importante, a economia solidária não deve ser imposta a ninguém nem pode usar a força para nada. Deve ser uma proposta de pessoas que queiram se unir a outras pessoas comunitariamente, para levar adiante seus projetos, suas aspirações e sus sonhos.

REFERENCIAS

BARROS, Afonso de. **Doutrina Cooperativa e Princípios Cooperativos**. Oeiras Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980.

BOTELLO, Manuel Antonio. **Monografía**, de Especialización y Maestría y Tesis Doctorales de la UPEL. 1997 Venezuela.

CORIA, Rosendo Rojas. **La Doctrina Cooperativa**: breve ensaio. México: Confederación Nacional de la República Mexicana, 1949.

CULTI, Maria Nezilda. **O cooperativismo popular no Brasil**: importância e representatividade. Trabalho apresentado no: Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas, em Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002.

GUAZZI, Dirceu Moreira. **Uma aplicação em cooperativas agropecuárias**. Programa de pós-graduação em engenharia de produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

LIMA, J. C. **Interiorização industrial e fábricas cooperativas**. Em: Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais. Guimarães, N.A. e Martin, S. (org) São Paulo: Senac, 2001.

MLADENATZ, G. **História da Doutrinas Cooperativistas**. Trad.: José Carlos Castro; Maia das Graças Leal; Carlos Potiara Castro. Confebrás: Brasília, 2003.

PINHO, Diva B. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas**. São Paulo: Cooperativa, v.2, 1982.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

WOLLEMBORG, Leone. **Teoria e Definições Cooperativistas**. 1ª Ed. – Confebrás: Trad.: Dennison Batista. Brasília, 2005.